



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária do Distrito Federal  
19ª Vara Federal de Execução Fiscal da SJDF

## EDITAL DE INTIMAÇÃO DE LEILÃO

O Excelentíssimo Sr. Juiz Federal da 19ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília, Dr. RUI COSTA GONÇALVES, no uso das atribuições que a lei lhe confere, torna público que, nos dias e horário abaixo especificados, serão levados a leilão os bens descritos no presente edital, tendo como Leiloeiro Público Oficial o Sr. LUIZ UBIRATÃ DE CARVALHO, inscrito na JCDF sob o n. 50, e-mail: [contato@luizleiloes.com.br](mailto:contato@luizleiloes.com.br), telefones ns. (61) 3201-4187 / 3321-1300, cel. (61) 98166-8088/98334.1300.

PROCESSO: 0017427-20.2006.4.01.3400 - CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL (1116)  
EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)  
EXECUTADO: PLANALTO PAPEIS LTDA - ME, JOANA DARC ROQUETE DE MELO, NESIMITA BATISTA DIAS

**DATA, HORÁRIO (horário de Brasília) e Local:** O 1º leilão será realizado em 18 de outubro de 2021 e o 2º leilão, em 25 de outubro de 2021, se frustrado o primeiro. Ambos das 15 às 17 horas. Em razão da pandemia do coronavírus, o leilão será realizado unicamente, por meio da rede mundial de computadores, no sítio [www.luizleiloes.com.br](http://www.luizleiloes.com.br), da seguinte forma:

**1º leilão:** inicia-se no dia 18 de outubro de 2021 com início às 15 horas e termino às 17 horas aberto por mais 10 minutos para lances, por valor igual ou superior ao da avaliação – **R\$ 680.000,00** (seiscentos e oitenta mil reais). O sistema estará disponível para recepção de lances com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência da data marcada para o leilão (art. 11 da Resolução 236 CNJ, de 13 de julho de 2016). Não havendo lances no primeiro leilão, seguir-se-á, para recepção de lances eletronicamente, sem interrupção.

**2º leilão:** inicia-se, no mesmo local, no dia 25 de outubro de 2021, às 15 horas, e se estenderá até às 17 horas, aberto por no mínimo 10 minutos para lances, que não poderão ser inferiores a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação (CPC, artigo 891, parágrafo único).

O sítio eletrônico estará disponível para recepção de lances a partir do encerramento da primeira hasta.

Sobrevindo lance nos 3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial eletrônica de ambas as hastas, o horário de fechamento do leilão será prorrogado em 3 (três) minutos e assim sucessivamente a cada lance efetuado nos últimos 3 (três) minutos, para que todos os USUÁRIOS interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances (artigo 21 da Resolução 236 CNJ de 13 de julho de 2016). Passados 3 (três) minutos sem novo lance, o leilão será encerrado.

Durante a alienação, os lanços deverão ser oferecidos diretamente no sistema do gestor e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a apreciação do tempo real das ofertas. Não serão admitidos lances remetidos via e-mail.

**DESCRIÇÃO DO BEM** – Lote n. 12 do Conjunto “B” da Quadra 10, Sobradinho-DF, medindo 15,00m de frente e fundos e 35,00m pelas laterais, totalizando 525,00m², formando uma figura regular, limitando-se ao norte com área pública, ao sul com via pública, ao leste com o lote n. 10 e ao oeste com o lote 14, matrícula n. 7935 do 7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal.

**AVALIAÇÃO DO BEM - R\$ 680.000,00** (seiscentos e oitenta mil reais), conforme avaliação datada de 08 de setembro de 2021.

**ÔNUS** – consta dos autos judiciais certidão da Matrícula 7935 7º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na qual consta **R.1.7935 – PENHORA** – datada de 21.09.2006, expedida pelo Juízo da 11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, em decorrência da Execução Fiscal n. 2002.34.00.036711-7; **Av.2-7935 – INDISPONIBILIDADE** – datada de 02.04.2013, expedida pelo Juízo da 19ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, em decorrência do Processo n. 2005.34.00.006871-9; **Av.3-7935 – INDISPONIBILIDADE** – datada 20 de maio de 2013, expedida pelo Juízo da 19ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, em decorrência do Processo n. 2005.34.00.006871-9; **R.4.7935 – PENHORA** – datada de 19 de dezembro de 2013, expedida pelo Juízo Federal da 19ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, em decorrência do Processo n. 2005.34.00.006871-9; **R.5-7935 – PENHORA** – datada de 10 de março de 2017, expedida pelo Juízo Federal da 19ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, em decorrência do Processo n. 2006.341.00.017600-6; **Av.6-7935 – INDISPONIBILIDADE** – datada 24 setembro de 2018, expedida pelo Juízo da 14ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, em decorrência do Processo n. 0001400-28.2008.5.10.0014;

**DEPOSITÁRIO FIEL** – JOANA DARC ROQUETE DE MELO.

**COMISSÃO DO LEILOEIRO** - O Arrematante deverá pagar a título de comissão ao Leiloeiro nomeado o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, não incluído no valor do lance (art. 24 do Decreto 21.981/32 e art. 7 da Resolução 236/CNJ), bem como as despesas com a remoção do (s) bem (ns) (**artigos 885, 892, 895 do CPC**). Referida comissão será depositada na Caixa Econômica Federal, agência 3911, à ordem do juízo, onde ficará aguardando a expedição da carta de arrematação e a efetiva entrega do bem, após o quê será lavrado o competente alvará de levantamento.

**PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar de imediato o pagamento do preço do bem arrematado, após o encerramento do leilão, por meio de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável (art. 892 do CPC), a ser fornecida pelo Leiloeiro, sob pena de se desfazer a arrematação, informando o Leiloeiro os lanços imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (artigo 26 da Resolução 236 CNJ de 13 de julho de 2016). Os comprovantes dos pagamentos deverão ser encaminhados para o e-mail [contato@luzleiloes.com.br](mailto:contato@luzleiloes.com.br), no prazo de 24 horas após o recebimento das guias enviadas pelo Leiloeiro.

Havendo leilão positivo, a carta de arrematação somente será expedida em favor do arrematante após transcorridos todos os prazos legais, a saber:

**a)** trinta dias após a expedição do auto de arrematação, conforme disposto na Lei nº 6.830/80, artigo 24, II, b, para o exercício da faculdade conferida à(ao) exequente para a adjudicação do bem;

**b)** dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação, conforme disposto no § 3º do art. 903 do CPC, sem que tenha havido alegação de qualquer das situações previstas no § 1º do referido artigo.

Cobrar-se-á do arrematante a taxa judicial de 0,5% (meio por cento) do valor da arrematação, delimitada ao mínimo de 10 (dez) e ao máximo de 1.800 (mil e oitocentas) UFIRs, conforme dispõe a Lei nº 9.289/96, recolhida por meio de DARF, código da receita nº 5762.

**CONDIÇÕES DE VENDA** - A venda será efetuada no estado de conservação em que se encontra o bem, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, não cabendo responsabilização do leiloeiro ou do juízo por vícios ocultos ou não. São de responsabilidade do arrematante os atos de transferência de propriedade, baixa de gravames e imissão na posse. A descrição do bem e demais informações acerca do leilão estão disponíveis no Portal eletrônico do leiloeiro.

**VISITAÇÃO** – O imóvel/móvel se encontra (ocupado/desocupado) e a visitação deverá ser agendada em horário comercial com o depositário fiel.

**DÍVIDAS TRIBUTÁRIAS (IPTU/TLP) e OUTRAS** - Caberá à parte interessada a verificação de débitos incidentes sobre o imóvel que não constem dos autos (art. 18 da Resolução 236/CNJ). Os débitos anteriores ao leilão de natureza *propter rem* (por exemplo: débitos condominiais) e os débitos anteriores tributários (por exemplo: IPTU e TLP) incidirão sobre o preço da arrematação (§ 1º do artigo 908 do CPC e parágrafo único do artigo 130 do Código Tributário Nacional - CTN) e deverão ser informados por extratos pelo Arrematante no processo judicial para terem preferência sobre os demais créditos e débitos (CPC arts. 323 e 908, § 1º; Código Tributário Nacional, art. 130).

As despesas necessárias para os atos de expedição de carta de arrematação, registro, ITBI, imissão na posse serão de responsabilidade do arrematante (CPC, Arts. 901, "caput", § 1º e § 2º, e 903), bem como pelo registro da carta de arrematação e o registro de cancelamento de penhoras que incidirem sobre o bem.

Tratando-se de veículos, o arrematante recebe o bem livre de débitos de licenciamento e IPVA referentes a exercícios anteriores à data da arrematação, com base no disposto no parágrafo único do artigo 130 do CTN. Sujeitam-se, entretanto, aos outros ônus porventura indicados neste edital ou existentes sobre o bem.

**DÉBITO DA DEMANDA PROCESSUAL:** R\$ 2.125.200,00 (dois milhões, cento e vinte e cinco mil e duzentos reais) atualizado até junho de 2021.

**DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** contatar o Leiloeiro pelos telefones (61) 98166-8088. 3201-4187/3321-1300 ou pelo e-mail: [contato@luzleiloes.com.br](mailto:contato@luzleiloes.com.br). Os documentos para efetivação do cadastro no portal deverão ser enviados ao e-mail [cadastro@luzleiloes.com.br](mailto:cadastro@luzleiloes.com.br)

**Ficam intimados os executados** PLANALTO PAPEIS LTDA – ME, CNPJ N. 04.347.580/0001-49, JOANA DARC ROQUETE DE MELO, CPF N. 153.259.541-72 e a terceira interessada NESIMITA BATISTA DIAS, CPF N. 085.599.701-00 e demais interessados das designações supra. Será o presente edital, por extrato, afixado no local apropriado e publicado no sítio [www.jfdf.jus.br](http://www.jfdf.jus.br) na forma da lei.

**SEDE DO JUÍZO:** W3 Norte – SEPN 510, Bloco C, 5º andar, Edifício Sede III, CEP 70.750-523, Brasília-DF.

Brasília-DF, data da assinatura.

RUI COSTA GONALVES  
Juiz Federal da 19ª Vara  
(assinado digitalmente)